

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGENTES DO II COMANDO REGIONAL EM SUAS ATIVIDADES

Athaydes de Oliveira Assunção¹

RESUMO

O volume de informações via internet, sua disponibilidade de forma popular permitiu ao homem receber informações imagináveis antes do advento dos computadores e das redes de informação, a Sociedade da Informação. A Informação por sua vez quando limpa, cercada de certeza é o objetivo que todo agente de inteligência quer chegar para a formação de conhecimentos no seu campo de interesse, neste caso o da Segurança Pública. Paralelamente, as mesmas informações de interesse à Segurança Pública também são de interesse à parte reversa, à qual trabalha de forma contrária, sempre com objetivo de neutralizar as ações policiais, neste caso, os criminosos que usam das mesmas ferramentas para subsidiar suas ações. A pesquisa busca diagnosticar: Quais os desafios encontrados pelo Agente de Inteligência de Segurança Pública do II Comando Regional de Polícia Militar na Sociedade de Informação? Para dar tratamento ao assunto foi adotado o método hipotético dedutivo, onde se buscou, através da análise das partes relevantes ao tema como teorias, doutrinas, conceitos e leis, comparando com a pesquisa quantitativa, chegar a uma síntese e enumeração dos desafios enfrentados por esse profissional nesse contexto.

Palavras-chave: *Sociedade da Informação - Inteligência - Segurança Pública.*

ABSTRACT

The volume of information via the internet, availability of popular form allowed man to welcome imaginable information before the advent of computers and information networks, the Information Society. The information in turn when clean, surrounded certainly is the goal that all intelligence agent wants to get to the formation of knowledge in their field of interest, in this case the Public Security, in parallel, the same information concerning Public Security also are of interest to reverse part, which works in the opposite way, always with the objective of neutralizing the police actions in this case, criminals who use the same tools to support their actions. The research seeks to diagnose: What are the challenges faced by the Public Security Intelligence Agent II Regional Police Military Command in the Information Society? To give treatment to the subject was adopted the hypothetical deductive method, which sought by analyzing the relevant parties as to the subject theories, doctrines, concepts, laws, compared to quantitative research, so as to arrive at a synthesis and enumeration of the challenges faced by this professional in this contexto.

Keywords: *Information Society - Intelligence - Public Security.*

¹ Capitã da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela APMCV e Pós Graduada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela APMCV.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos mais recentes na área de Tecnologia de Informações (TI), exemplo do computador e avanço das telecomunicações e internet no campo das redes sociais, impactaram o modo de vida da sociedade, alterando as rotinas em todos os setores, desde as formas de relações interpessoais, encurtamento das distâncias para a propagação de informações, consumo, rapidez de disseminação de informações, alterações no ambiente de trabalho, etc. Fenômeno este abordado por autores contemporâneos, que defendem a teoria das ondas, à qual estabelece algum marco de mudanças abruptas no estilo de vida sofrido no decorrer dos anos, sendo a primeira onda marcada pela revolução agrícola – a qual revolucionou as formas de lidar com o campo – passando para a segunda onda da Revolução Industrial, que impactou igualmente a vida urbana e por fim a terceira onda com o amplo e rápido acesso às informações e às mais diversas formas de TI (TOFFLER, 1980).

Todas essas fases trouxeram impactos diretos ou mesmo residuais à Segurança Pública, pois alteraram a forma de vida na sociedade sendo ela urbana ou rural e suas relações profissionais, políticas e pessoais. No caso da terceira onda, onde se insere a sociedade de informações que é caracterizada pela rapidez com as quais elas circulam, podem contribuir de forma favorável, ou não à segurança pública.

Um exemplo disso são os aplicativos² de celular *smartphones*³ que são produzidos inicialmente como forma de interação, no entanto são podem ser usados para informar ponto de presença policial em suas atividades fiscalizatórias e preventivas como, por exemplo, em uma *blitz*, ou mesmo pessoas interligadas através de grupos de comunicações para trocar livremente informações referentes ao posicionamento do policiamento em tempo real inclusive com imagens para subsidia ações delituosas, independente de local, hora ou data.

Nessa sociedade de informação se insere a Inteligência de Segurança pública, assim conceituada conforme Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública:

² Programa executado por computadores para realizar tarefa específica junto a seu sistema operacional.

³ Palavra de origem inglesa, usada no Brasil referindo-se à aparelhos telefônicos inteligentes, possuidores de tecnologias de microcomputadores.

A atividade de ISP é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos federal e estaduais a tomada de decisões, para o planejamento e à execução de uma política de Segurança Pública e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza ou atentatórios à ordem pública (BRASIL,2007).

Para discorrer a temática, será observado sob o prisma: Quais as dificuldades encontradas pelo agente de Inteligência de Segurança Pública na Sociedade de Informação, tomando como amostra o efetivo de agentes pertencentes à uma agência regional de inteligência voltada à atuação entorno da Segurança pública. Onde adotou-se o método hipotético-dedutivo, fora deito questionário fechado buscando respostas quantitativas com relação à atuação no campo prático da ISP.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Historicamente, formas de atividades de inteligência, ou mesmo algumas de suas técnicas, já existiam e eram usadas desde os tempos bíblicos, de onde se podem extrair passagens que citam a questão da observação, espionagem, e outros. Mesmo que não sendo com a terminologia hoje adotada como propriamente Inteligência, os meios para obter informações sobre o inimigo, possuir vantagem frente a um possível concorrente, aproveitar de uma oportunidade quando se está de posse de alguma informação sabida, sempre existiu nas relações sociais, por serem atividades cognitivas normais dos seres humanos, buscando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no dia a dia.

A organização dessas técnicas, habilidades para a obtenção de dados com a finalidade de formular conhecimentos de inteligência⁴ passou a ser empregada de forma estruturada, sendo um marco da primeira agência oficial. “As primeiras organizações permanentes e profissionais de inteligência e de segurança surgiram na Europa moderna a partir do século XVI, no contexto de afirmação dos Estados nacionais como forma predominante de estruturação da autoridade política moderna (CEPIK, 2003)”.

⁴ Termo técnico utilizado na área de inteligência como que define todo dado, ou reuniões de dados de interesse, analisados e processados, sendo envoltos de credibilidade e imparcialidade.

Originando-a com a finalidade inicial de prover estratégias para diplomacias políticas, passando para inteligência de Guerras ou de Defesas, afim de que assegurasse a expansão territorial e/ou comercial daqueles países, formação um Estado sólido e garantia da soberania⁵, assim seus governantes usavam desses órgãos de inteligência como ferramenta que auxiliasse a sua governança⁶, e em tempos modernos utilizada no policiamento.

Passado essa origem cada continente e cada Estado passou a sofrer suas modificações seja no âmbito político, econômico, religioso, social ou cultural e em cada um desses contextos, as agências ganharam quantidades, e distribuição nos mais variados níveis de um Estado, tanto estratégico como tático ou mesmo operacional, com finalidade de fornecer ao Estado conhecimentos de inteligência Externa, Inteligência Militar ou Inteligência Interna. Usando a Inteligência como uma forma de manter uma instituição (ou propriamente o Estado) perene aos seus condutores e aos fatos históricos. Onde passamos a verificar as origens das agências nacionais:

O surgimento dos sistemas nacionais de inteligência está associado, segundo Michael Herman (1996:2-35), ao lento processo de especialização e diferenciação organizacional das funções informacionais e coercitivas que faziam parte, integralmente, da diplomacia, do fazer a guerra, da manutenção da ordem interna e, mais tarde, também do policiamento na ordem moderna (CEPIK, 2003).

Diante dessa expansão do uso da inteligência para o policiamento na ordem moderna o autor reafirma a conquista desse território, dado a importância diante das evoluções dos meios pelos quais passaram a cometer crimes, bem como, e projeta tendências com relação à estrutura dos sistemas de inteligência nacional:

A expansão das missões dos serviços de inteligência interna, inicialmente restritas ao policiamento político de dissidentes e mais tarde abarcando a contra-

⁵ Identificação interna de um povo sobre um território, têm como legítimo suas leis e seus poderes plenos estabelecidos.

⁶ “De modo geral, o termo governança vincula-se ao reconhecimento de instâncias de produção de governo por diferentes atores – o Estado e suas instituições, as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, a sociedade civil (atores coletivos e individuais) – e em diversos níveis de aplicações: dentro e fora do Estado, transnacional, internacional, nacional e localmente (MUNIZ,2009)”.

inteligência⁷, o contraterrorismo e inteligência sobre o crime organizado, acabou por aproximar esses serviços das unidades investigativas das polícias encarregadas de dinâmicas criminais mais complexas, tais como o narcotráfico, fraudes financeiras, lavagem de dinheiro e outros crimes eletrônicos (*cybercrimes*). Em muitas polícias existem agora unidades especializadas em inteligência sobre crime, utilizando informações coletadas de fontes diversas (inclusive *imint e sigint*) e métodos analíticos mais sofisticados (principalmente nas áreas de georreferenciamento de dinâmicas criminosas e de visualização de relacionamentos entre criminosos). Essa expansão vertical do uso de métodos e técnicas de inteligência para a base dos sistemas policiais, em combinação com uma maior integração e busca de sinergia entre as unidades de inteligência policial e as agências nacionais de inteligência de segurança, pode ser apontada como uma tendência na direção da formação de subsistemas de inteligência de segurança moderna (CEPIK, 2003).

2. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Trazendo a luz para as criações de agências nacionais, a primeira em 1927, com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), passando em 1946 para o Serviço Federal de Informação e Contrainformações (SFICI) - devido ao cenário da Guerra Fria. Em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI); em 1970 foi criado o Sistema Nacional de Informações (Sisni), mantendo SNI como o órgão central desse sistema. Já em 1990 o Presidente Fernando Collor de Melo extinguiu o SNI e o transformou em um Departamento de Inteligência (DI) sendo esta parte componente da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), tal período marcou uma descontinuidade nos moldes das atividades de inteligência no país, bem como marcou também pela a substituição do termo informação pelo termo inteligência (ANTUNES, 2002).

Em 1995 foi criada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a formalizou em 1999, com finalidade de subsidiar as decisões de alto escalão do governo, mesmo ano em que também instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN - Lei n.º 9.883), seguido no ano 2000 pela criação do SISP - Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, o qual subsidia o gestor de segurança em suas tomadas de decisões, passando a ser realizado em âmbito estadual e não apenas nacional.

⁷ É um ramo da inteligência ao qual se atribui a função de produzir conhecimentos para proteger a ISP ou a instituição que pertence.

Passando o Estado a adotar em 2006 a doutrina nacional de Inteligência de Segurança Pública. Criado através da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) diante da necessidade de uniformização, padronização, de ações a serem desempenhadas pelos seus agentes em âmbito estadual. O que se pôde perceber é que o Sistema Brasileiro de inteligência, segue exatamente a tendência projetada por CEPIK, 2003.

Finaliza com a perspectiva adiante, ao observar e escrever sobre os desafios a serem enfrentados no formato do sistema de inteligência brasileiro (SISP) e sua efetiva aplicação no controle dos crimes internos: "... o maior desafio na implementação da doutrina é fazer com que as contribuições teóricas vinculadas ao conceito de inteligência de segurança pública sejam capazes de balizar a prática cotidiana da atividade no país (ANTUNES, 2002)".

3. SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA PMMT

O Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Mato Grosso (SIPoM) é a estrutura da inteligência adotada hoje na PMMT, foi implementada conforme Boletim Reservado nº 540, de 01 de fevereiro de 2013 com o propósito como descreve o artigo 2º:

Art. 2 O SIPoM tem por objetivo produzir, salvaguardar e difundir conhecimentos, voltados a subsidiar e assessorar os tomadores de decisão nos níveis estratégicos, tático e operacional, em assunto atinentes à competência constitucional da Polícia Militar, bem como, atuar em auxílio à atividade de Polícia Judiciária Militar à investigação de crimes militares.

Tal sistema descreve a estrutura de inteligência a ser adotada na PMMT estabelecendo a Diretoria da Agência Central de Inteligência - (DACI), seguindo das Agências Regionais de Inteligência - (ARIs) as quais têm sua circunscrição a nível de Comandos Regionais; as Agências Locais de Inteligência - (ALIs), abrangendo as áreas dos Batalhões e/ou Companhias Independentes e por fim Núcleos de Inteligência - (NIs) os quais atuam em áreas das Companhias de Polícia Militar e em outros setores. Toda essa cadeia consta no Art. 6º publicou a Portaria

nº032/QCG/DGP, de 28 de janeiro de 2013, que regulamentou o decreto nº 3.128, de 18 de Maio de 2004.

O referido documento regula todas as definições de funções, atribuições, competências, objetivos, conceitos, método de avaliação, documentos produzidos, enfim, dispositivos positivados com a finalidade de garantir a construção do conhecimento, fluxo e sua salvaguarda.

4. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PRÁTICA

A Polícia Militar assume compromisso com a sociedade, através das atribuições que lhe conferem no artigo 144 da constituição federal, cuja atribuição é a de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. A polícia ostensiva é o que vemos nas ruas e a identificamos, quer seja pela presença, equipamentos, viaturas e fardamento, o que seria o policiamento clássico; já a preservação da ordem pública pode ser entendida de ampla maneira abrindo um leque de ações que podem ser adotadas de forma que a ordem pública seja mantida por mais tempo sem a sua quebra, sendo assim necessário suprimir possíveis ameaças através da prevenção que também é uma das formas de Inteligência, sendo as formas classificadas conforme a obra Policiamento Moderno:

Inteligência policial - ou informação sistematizada, classificada e analisada, que foi codificada em categorias relevantes para a polícia adquire três formas. A inteligência *prospectiva* é a informação coletada antes de um crime ou problema...A Inteligência *retrospectiva* é a informação que resulta do curso normal do trabalho policial; por exemplo, dos arquivos de prisões, violações de trânsito e dos mandados de prisões pendentes...A Inteligência *aplicada* é significativa quando há evidências sobre os suspeitos. A inteligência aplicada busca associar nomes de suspeitos conhecidos com atos conhecidos, ou é usada para conectá-los. O uso da inteligência aplicada pode exigir dados processados analiticamente, tais como material forense, trabalho de inferência ligando a suspeitos a hora, lugar, oportunidade, motivo e outros (TONRY; MORRIS, 2003).

A ISP por definição da doutrina é atividade auxiliar do policiamento ostensivo, porém pode ser enxergada de maneira diferente como uma atividade

preventiva de segurança pública por excelência, senão a mais forte delas, pois quando bem aproveitadas subsidiam a eficiência de todas as outras ações de polícia.

“As polícias anglo-americanas usam três estratégias operacionais: reativas, proativas e preventivas (Reiss, 1971; Manning e Van Maanem, 1977, p.144). Responder a eventos em seguida ao recebimento passivo de pedidos por serviço – ou, independentemente partir para a ação – é denominado estratégia reativa. Quando o policial cria condições de crime, ou solicita ou cria crime, a estratégia é chamada de proativa. As ações provenientes da polícia para alterar, prevenir ou intervir antecipadamente nas situações são denominadas preventivas. A ação de polícia é principalmente reativa; isto visto a concentração de pessoal nos centros de comunicação e a disponibilização de 90% dos recursos da polícia com patrulha. Estas estratégias historicamente padronizadas interagem e não são mutuamente excludentes. Essas três estratégias operacionais estão, por sua vez, relacionadas com funções de inteligência de polícia (TONRY; MORRIS, 2003).”

Estratégias essa aplicadas ao modelo de polícia adotado no Brasil, à qual possui traços de origem Francesa de onde absorve em proporções a sua estrutura, tendo com base o formato no anglo-americano ou europeu continental como é explorado:

um modelo “europeu continental” caracterizado por média centralização da autoridade sobre as unidades do sistema, média integração analítica dos produtos de intel, alto envolvimento da atividade de inteligência com as instâncias de policymaking e, finalmente, uma baixa efetividade dos mecanismos de accountability e supervisão (oversight). Nesse modelo poderiam ser incluídos os sistemas nacionais de inteligência e segurança de países como França, Alemanha, Rússia, Polônia, Itália e, com reservas, Brasil e Argentina (CEPIK, 2003)”.

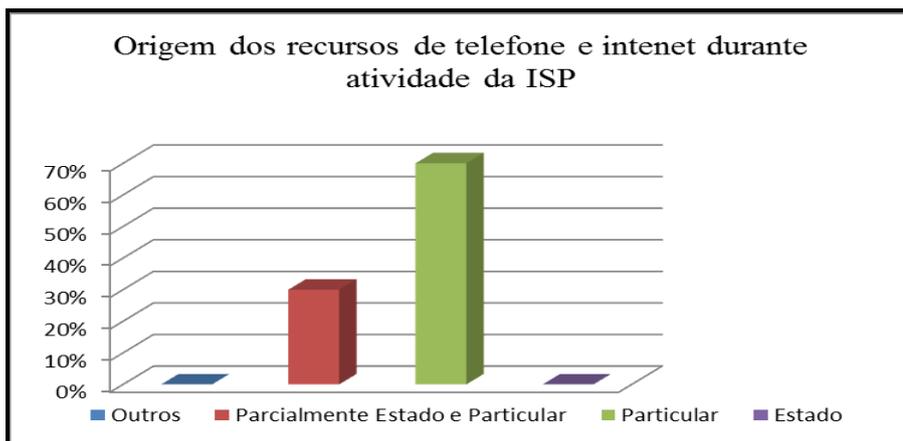
Na obra do Policiamento moderno e Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual trazem visões complementares como uma forma do modelo adotado de inteligência no Brasil, como sendo em suma altamente envolvida com as políticas Estaduais, pouco se fiscaliza suas atividades e não têm investimentos à altura de sua importância, recaindo na estratégia reativa à qual se move diante da demanda se distanciando do seu mister preventivo.

5. APONTAMENTOS DOS DESAFIOS AO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DA ISP FEITO POR AGENTES LOCAIS

No intuito de diagnosticar quais são os desafios locais enfrentados pelo agente de segurança pública em face de uma nova configuração social denominada sociedade de informação, tomando como amostra uma população de agentes pertencentes à uma Agência Regional de Inteligência pertencente ao II CR - PMMT (Segundo Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso) composto atualmente de 10 (dez) policiais militares/agentes de inteligência.

Em análise às respostas obtidas através de questionário, verificou-se que enfrentam o problema gerado pela falta de investimento em materiais julgados essenciais para desenvolvimentos das atividades de Inteligência como, por exemplo, materiais disponibilizados para o desenvolvimento das atividades de inteligência (usados em operações, reconhecimentos⁸, e para transmissão rápida de dados), bem como para manter a agente atualizado em seu horário de folga, como por exemplo a utilização dos bens particulares como: *smartphone* e custeio de aplicativos e internet com finalidade de desempenhar suas atividades, onde conforme o gráfico 01, que segue adiante, 70% (setenta por cento) utilizam exclusivamente do seus aparelhos telefônicos e custeio com aplicativos e internet para prover meios que subsidiam atividade, e os 30% (trinta por cento restantes) utilizam Parcialmente o dispositivo custeado pelo Estado (chamadas e aparelho funcional sem disponibilidade de aplicações tecnológicas) e internet, aplicativos e aparelhos compatíveis à essas tecnologias, sendo de custeio próprio particular para a propagação dos produtos de inteligência.

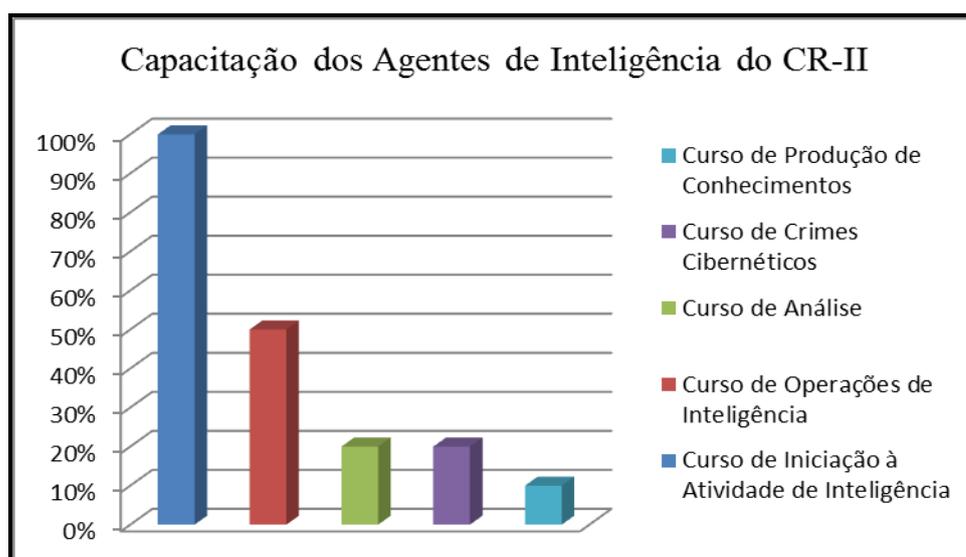
⁸ Atividade de Inteligência onde se busca localizar geograficamente o alvo, rotas de acesso, característica dos costumes locais, clima, possíveis ameaças e possibilidades.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 01

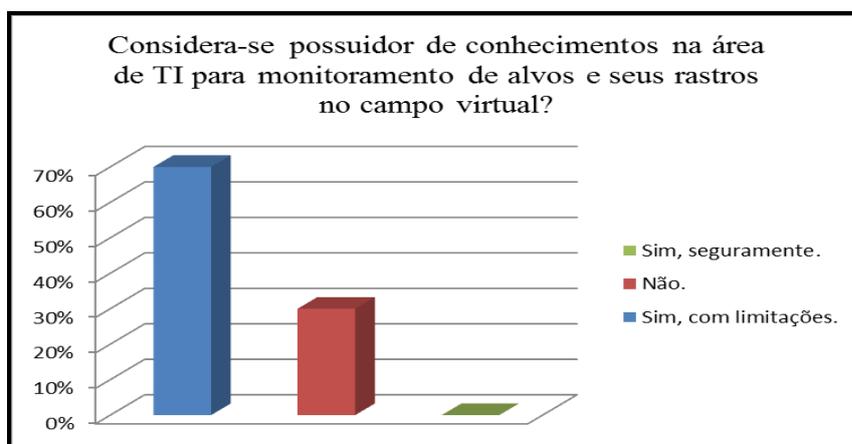
Foi verificado o nível de capacitação na área, quesito pelo qual foi constatado que 100% (cem por cento) do efetivo possui formação do Curso de Iniciação à Atividade de Inteligência. No entanto aponta a baixa qualificação do profissional de inteligência no tangente à capacitação nos campos específicos de inteligência como crimes cibernéticos, e outras tecnologias, com apenas 20% (vinte por cento) do efetivo tendo inicialização de conhecimentos da área nessa área, e 50% (cinquenta por cento) do efetivo tendo inicialização de conhecimentos das técnicas operacionais de inteligência, 20% (vinte por cento) do efetivo tendo inicialização em análise e 10% (dez por cento) possuem capacitação em formação de conhecimentos.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 02

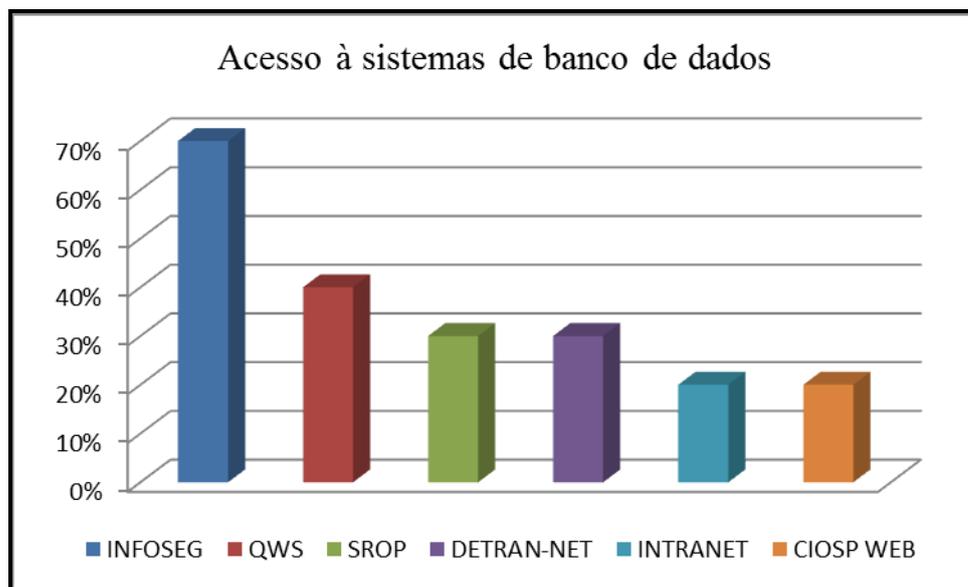
Atinente à questão de efetividade na prestação dos serviços ligadas à área das tecnologias de informática e redes, no gráfico 03, mostra que 70% (setenta por cento) dos agentes, (incluindo os que possuem curso na inicialização dos crimes cibernéticos) admitiram ter limitações para dar tratamento a esse tipo de demanda, já 30% não ter nenhum conhecimento a respeito e nenhum agente assegurou dar tratamento efetivo a esse tipo de demanda.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 03

Foi questionado com relação ao Acesso à bancos de dados restritos para obtenção de informações, como fonte de obtenção de informações, como sendo uma inteligência retrospectiva, quantificado que 70% (setenta por cento) possuem acesso ao INFOSEG; 30% (trinta por cento) possui acesso ao, 30% (trinta por cento) ao sistema SROP, 20% (vinte por cento) INTRANET, 30% (trinta por cento) DETRAN-NET, 40% (quarenta por cento) no QWS, 20% no CIOSP WEB.



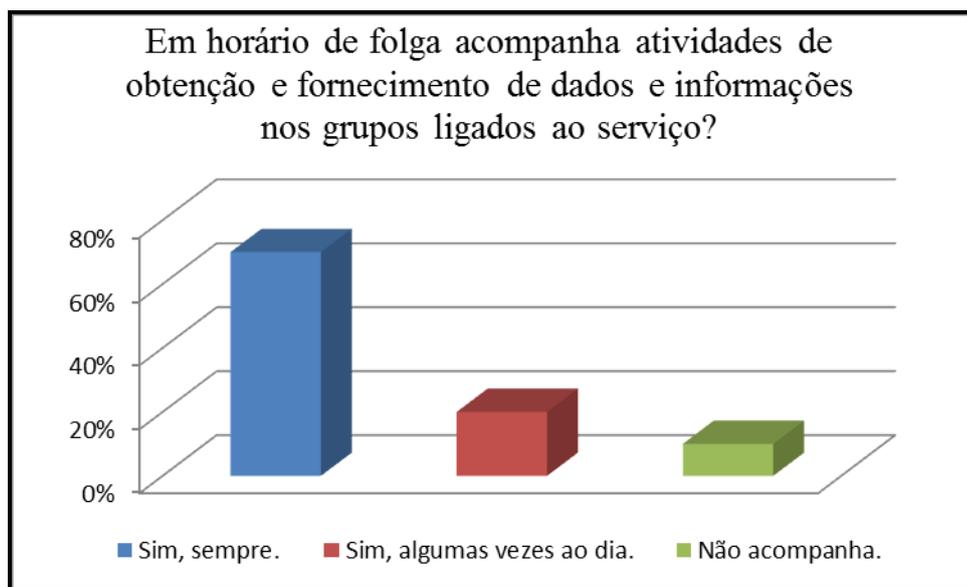
Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 04

Na avaliação quanto ao uso de ferramentas amplamente utilizadas como entretenimentos e comunicações através da internet, à exemplo dos aplicativos como “ whatsapp, telegran” foi observado que todos agentes usam pelo menos uma dessas ferramentas, também como forma de coleta de dados e difusão de dados ou informações de interesse da ISP, de maneira a amostra dos agentes possuem no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) grupos de conversação atinentes à assuntos exclusivos de Inteligência de Segurança Pública.

No questionamento para diagnosticar se o agente considerava as ferramentas de comunicações via e aplicativos e afins como sendo indispensável durante as realizações atividades de ISP, foi adotada por 90% (noventa por cento) dessa amostra como indispensável na atividade pela rapidez de troca de dados, e 10% (dez por cento) consideram que não é indispensável à execução da atividade.

Outro ponto questionado foi com relação à tendência de recorrentes vezes ao dia estar acompanhando os dados, informes e informações via ferramentas acima descritas, onde apontou o percentual de tantos por cento, permanecem a se inteirar de assuntos profissionais mesmo estando em horário de folga.



Fonte: Pesquisa de campo aos agentes do CRII.

Gráfico 05

Finalizando a pesquisa de campo foi avaliado no quesito do agente considerar ou não o efetivo como suficiente às demandas da unidade, onde 100% (cem por cento) afirmam que o efetivo não é suficiente para atender as demandas da agência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após trazer à luz fundamentos teóricos sob a concepção da Inteligência, dado as teorias sobre o assunto, as leis que regem a suas estruturas, manuais e doutrinas do que é e o que se espera do serviço de Inteligência de Segurança Pública, realizando a sua contextualização ante a atualidade social, principalmente no quesito de evolução tecnológica, foi buscado saber quais as dificuldades do agente da ISP, de uma Agência Regional de Inteligência em suas atividades.

Foi verificado que face aos crimes cibernéticos e qualquer atividade de monitoramento no campo virtual, nenhum agente se considera habilitado suficientemente para desenvolver seguramente essa atividade, consideram ainda o espaço virtual frutífero para coleta e transmissão de dados e inclusive conhecimento

de inteligência, importantes às suas atividades no tangente às redes de comunicações sociais e aplicativos de comunicação, considerado por 90% como indispensável a atividade da ISP. Significando que a expansão e disponibilização das informações também são utilizadas a favor da atividade dos agentes, no entanto essas ferramentas não são completamente providas pelo Estado, de forma que 70% dos agentes utilizam-se de meios particulares para acessar essa ferramenta, sendo que outros 30% restante utilizam os bens do Estado associado a bens particulares para acessarem a essas ferramentas consideradas indispensáveis (custeio particular de *smartphone* e internet).

Outro problema estrutural foi apontado com relação ao efetivo, onde 100% (cem por cento) considera insuficiente para atendimento às demandas da agência, já campo da capacitação foi apontado que todos agentes possuem formação básica para atuação nas atividades da ISP, porém quando é pormenorizado o campo de assuntos específicos às tecnologias da informação e crimes cibernéticos apenas 20% possui formação iniciada à esse tema o que deixa evidente a pouca capacitação nessa área.

Outro desafio avaliado foi em relação ao fato de manter-se atualizado mesmo estando em seu horário de folga onde puramente, apenas 10% (dez por cento) disseram não se iterar das atividades referentes ao serviço durante seu horário de folga, o que evidencia 90% (noventa por cento) tentam se manter atualizados através das comunicações via aplicativos de celular referente à assuntos ligados à atividade de inteligência.

Todos os quesitos avaliados vêm nos apresentar que os desafios enfrentados pelo agente de Inteligência da Polícia Militar na área do II Comando Regional diante da sociedade de informação, não venceram nem ao menos os problemas primários, que seriam os estruturais passando por efetivo insuficiente, material indispensáveis ao desenvolvimento pleno da atividade de inteligência que não são fornecidos, pouca capacitação nas áreas tecnológicas, tudo isso reflexo do pouco investimento à essa atividade de suma importância que é a Inteligência de Segurança Pública. Evidenciando que apesar das evoluções no mundo tecnológico e social, pouco se investe para que a Polícia Militar acompanhe com vantagem ou ao menos de igual pra igual, esse ritmo de rapidez na troca de informações que mudam também os

modus operandi criminal, deixando a Polícia Militar às margens desse processo tecnológico, restringindo à continuar realizando as mesmas técnicas ortodoxas, onde agentes relutam à esse fato, mesmo utilizando de meios próprios e de seus horários de folga para se dedicarem a uma possibilidade de sucesso em sua atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BRASIL, República Federativa. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Clarindo Alves de; FILHO, Edson Benedito Rondon. **Inteligência de segurança pública. Um xeque-mate na criminalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

CEPIK, Marcos. **Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, 2003.

MATO GROSSO. Polícia Militar. **Regulamentou o decreto nº 3.128, de 18 de Maio de 2004**. Portaria n. 32/QCG/DGP, de 28 de janeiro de 2013. Lex: Boletim Reservado nº 540, de 01 de fevereiro de 2013.

MUNIZ Jacqueline; JUNIOR Domício Proença; PONCIONI, Paula. **Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber; saber para governar**. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3 Edição 5, 2009.

TOFFLER, Alvin. **The Third Wave (A terceira onda)**: Tradução João Távora, 4ª Edição, Rio de Janeiro, RJ, Record, 1980.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval. Tradução de GHIROTTI, Jacy Cárdua. **Policiamento Moderno**. Editora EdUSP através do NEV - Núcleo de Estudos de Violência - USP, 2003.